



## **Direito humano à alimentação e agroecologia no banco de teses e dissertações e no Portal de Periódicos da CAPES**

*Human right to food and agroecology in the thesis and dissertations database and in CAPES's Periodical Portal*

ANTUNES, Ricardo F.<sup>1</sup>; ANDRIOLI, Liria Ângela<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela UFFS, anturicardo@gmail.com; <sup>2</sup> Professora da UFFS, liria.andrioli@uffs.edu.br

### **RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO**

#### **Eixo Temático: Construção do Conhecimento Agroecológico**

**Resumo:** O trabalho tem como propósito expor os resultados de uma revisão narrativa qualitativa realizada no Banco de Teses e Dissertações e o Portal de Periódicos, ambos bancos de dados da CAPES entre o período de 2018 a 2022 utilizando a palavra-chave “direito humano à alimentação e agroecologia”. A pesquisa foi realizada no mês de dezembro de 2022. O objetivo foi analisar e apresentar os conteúdos dos materiais encontrados que versam sobre direito humano e agroecologia em conjunto, assim como, expor a estrutura em que está inserida a realidade brasileira e o direito à alimentação. Evidenciou-se 121 trabalhos no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e 239 artigos do Portal de Periódicos da CAPES com a referida expressão, totalizando 360 materiais revisados. Dos materiais encontrados no Portal de Periódicos da CAPES, apenas 4 tratam da agroecologia e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES apenas 1 (uma) dissertação possui o enfoque do direito à alimentação em conjunto com a agroecologia. Como conclusões, é possível afirmar que a literatura encontrada aponta como problema atual da sociedade: a síndrome que alcança os sistemas alimentares e o problema do neoliberalismo como modelo político. A agroecologia assume o papel de dar força prática aos conceitos, de modo que diversos autores citam suas dimensões: política, econômica e social.

**Palavras-chave:** dignidade humana. justiça social. política de estado.

#### **Introdução**

O texto positivado para a proteção do direito humano à alimentação, como a previsão na Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 25) e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (art. 11), nos permite concluir que a agroecologia possui o potencial de tornar efetivo o conteúdo da norma, qual seja, do fornecimento de alimentos em quantidade e qualidade suficientes, sem comprometer os recursos naturais e respeitando a cultura local.

Tendo em vista que a fome é um problema recorrente no Brasil e no mundo, assim como as práticas utilizadas para tornar a efetivo o direito humano à alimentação parecem insuficientes, a presente pesquisa busca realizar uma revisão sobre publicações que tratam do direito humano à alimentação em conjunto com a agroecologia.



Vale ressaltar que há uma trajetória de reivindicação e evolução do que compreende-se por “direito humano à alimentação”, de modo que a inclusão das práticas agroecológicas para a efetivação desse direito vem ocorrendo desde os anos 2000, resultando na emenda constitucional nº 64/2010, que inclui o direito humano à alimentação na Constituição brasileira. Nesse sentido, a pesquisa pretende contribuir para a adoção de medidas políticas para o eixo “políticas públicas e agroecologia”.

Nesse sentido, a pesquisa busca contribuir para a construção epistemológica da agroecologia, assim como para uma sociedade democrática, com o respeito à dignidade e aos direitos humanos. É um recorte da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Laranjeiras do Sul/PR.

## **Metodologia**

O trabalho visa apresentar um panorama geral de pesquisas realizadas com a palavra-chave “direito humano à alimentação”, em seguida, foram selecionados trabalhos que tratam da “agroecologia”, identificando a necessidade de inclusão das práticas agroecológicas para a efetivação do direito à nível nacional e internacional.

Dos materiais encontrados no Portal de Periódicos da CAPES, apenas 4 tratam da agroecologia e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES somente 1 (uma) dissertação possui o enfoque do direito à alimentação em conjunto com a agroecologia. Adotou-se como critério de inclusão para a presente pesquisa a literatura que trata da agroecologia, sendo selecionados 4 artigos e uma dissertação de mestrado. Conforme Melo e Flores (2022, p. 52):

quando falamos de investigação narrativa, situamo-nos frente a um posicionamento epistemológico, político, ideológico e moral. Isto é, uma forma de compreender o conhecimento e seus processos de construção; uma ideia sobre a participação coletiva e a construção de uma sociedade democrática; um sentido da história do sujeito e do mundo; e, por último, um projeto de futuro de acordo com modelos de convivência embasados na pluralidade, na diversidade e solidariedade.

Por meio da revisão narrativa qualitativa, pretende-se responder à pergunta: como a agroecologia é abordada na literatura que trata do direito humano à alimentação no Banco de Teses e Dissertações e no Portal de Periódicos, ambos da CAPES.

## **Resultados e Discussão**

No Quadro 1 ilustramos os resultados encontrados, evidenciando seus respectivos autores, o título e o ano da publicação do trabalho.

Quadro 1: Artigos e dissertações que analisam o direito humano à alimentação e agroecologia em conjunto



| Autores                     | Título                                                                                                                                   | Ano  |
|-----------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| DE PAULA; BEZERRA;<br>PAULA | Saúde coletiva e agroecologia: necessárias conexões para materializar sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis                      | 2022 |
| ARAÚJO; SILVA               | A geopolítica dos alimentos, uma perspectiva da fome à soberania alimentar: as experiências agroecológicas das camponesas no Cariri - CE | 2021 |
| BURIGO; PORTO               | Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de pandemia: da vulnerabilização à transformação necessária                          | 2021 |
| FIAMONCINI; PATO            | Valores Humanos como Preditores de Crenças Agroecológicas                                                                                | 2020 |
| BEAL*                       | A Agroecologia como paradigma para a promoção do direito humano à alimentação: a atuação da Assesoar no Sudoeste Paranaense              | 2018 |

\*Dissertação de mestrado

Fonte: Os Autores (2022).

É perceptível que o que motiva as pesquisas que possuem como objeto as práticas agroecológicas é compreender como essas experiências são concretizadas numa realidade em que o mercado atua viabilizando o modelo agrícola hegemônico e marginalizando experiências que não seguem a lógica do capital. Por consequência, essa luta pela sobrevivência tem como principais sujeitos a classe trabalhadora, que busca emancipar-se da exploração de sua força de trabalho.

Vale salientar que a agroecologia e o direito humano à alimentação estão conectados por conta da crítica ao sistema alimentar atual, de modo que a agroecologia atua para combater a fome, melhorar a saúde, alcançar a soberania alimentar, percebendo a sua vinculação ao direito à alimentação por trazer em seu conceito a proteção aos valores humanos (FIAMONCINI; PATO, 2020), de modo que a previsão normativa desse direito está atrelada à prática agroecológica, presente na Agenda 2030.

Como observado por Fiamoncini e Pato (2020) o conhecimento agroecológico ainda é pouco difundido mesmo nas ciências agrárias, de modo que o modelo de ensino viabiliza a especialização do conhecimento, criando disciplinas e áreas que não dialogam. Outrossim, os autores identificam que o ensino da agroecologia favorece a construção de novos valores humanos, concebidos por meio de um comportamento pró-ambiental.

Por conseguinte, deve ser conceituada a alimentação, a fim de demonstrar que sua importância está situada na dimensão social, ou seja, não pode ser reduzida ao aspecto quantitativo ou qualitativo do alimento.

A alimentação é vital para a existência, não sendo suficiente apenas produzir e comer qualquer alimento, mas aqueles produzidos segundo princípios de sustentabilidade e respeito à natureza e com características



saudáveis e adequadas, sob a ótica da DHAA. Essas são exigências não atendidas pelo modelo de produção de monoculturas em larga escala incrustado na dinâmica do sistema alimentar hegemônico (PAULA *et al.*, 2022, p. 271).

Os autores Araújo e Silva (2021) iniciam o artigo demonstrando a importância de debater sobre temas que são essenciais para a nossa sobrevivência, a fim de superar o tabu da fome e caminhar no sentido da soberania alimentar. Dessa forma, é importante compreender que “o alimento é um conjunto de determinações simbólicas e afetivas que se remetem à apropriação do território, às relações sociais, culturais e de trabalho.” (ARAÚJO; SILVA, 2021, p. 262). Nesse sentido, a dissertação encontrada está em harmonia com os artigos, sendo ressaltada a necessidade da quebra do tabu da fome, de modo que deve ser observado quando a desnutrição atua limitando o “desenvolvimento das potencialidades humanas da vida em sociedade” (BEAL, 2018, p. 11).

Por outro lado, o mercado obriga a classe trabalhadora a realizar seu consumo em uma cadeia alimentar de acordo com a renda, viabilizando o acesso a alimentos desprovidos da qualidade necessária para manter a saúde de quem consome. Dessa forma, ainda é necessário dialogar sobre o tabu da fome, que após a “Geopolítica da Fome”, de Josué de Castro (1951), toma os contornos da geopolítica da produção de alimentos, de modo que o autor já ressaltava o problema da fome oculta, quando faltam nutrientes para manter a qualidade de vida e, em consequência, a dignidade.

Nesse sentido ressalta-se o papel das colônias exportadoras de *commodities* (mercadorias/comodidades) alimentares e matérias-primas até a Segunda Guerra Mundial, quando o capital industrial determina os moldes do regime alimentar como conhecemos na atualidade. Em seguida, passam a disseminar as práticas da Revolução Verde e do *agribusiness* (agronegócio). Este modelo é denominado por Paula *et al.*, (2022) como “regime alimentar corporativo neoliberal”, marcado pela inclusão dos bens alimentares no mercado internacional, transformando o alimento em um bem (coisa) passível de especulação comercial. Desse modo, o que importa é aumentar a durabilidade desse alimento, assim como aproveitar ao máximo seus resíduos por meio do processamento, para lucrar com sua posterior comercialização. Esse processo demarca a transformação do alimento em *commoditie*.

A inacessibilidade a uma alimentação adequada é explicada, muitas vezes, por meio da renda, de modo que os relatórios internacionais pactuados desde os acordos firmados na Agenda 2030 estimam que três bilhões de pessoas não podem pagar por alimentos saudáveis. Via de regra, a dieta saudável custaria cinco vezes mais para as classes que se alimentam de ultraprocessados, que atendem à demanda energética do organismo, mas são pobres no aspecto nutricional (BURIGO; PORTO, 2021).



Para o futuro do direito humano à alimentação, deve-se levar em consideração o conceito de sindemia, que foi “desenvolvido de forma interdisciplinar por epidemiologistas e antropólogos médicos nos EUA no diálogo entre a saúde, a economia política e a ecologia política.” (BURIGO; PORTO, 2021). Utiliza-se o conceito de sindemia quando pretende-se abordar duas ou mais epidemias que ocorrem ao mesmo tempo, podendo existir uma potencialização dos efeitos entre elas, nesse caso, seria a destruição da natureza, que já causa danos por si, mas ainda conta com a produção de alimentos que causam danos à saúde humana.

Ainda, os autores nos chamam a atenção para o enlace entre temas como a desnutrição, a obesidade e as mudanças climáticas que possuem um eixo em comum, que é o modelo dominante de agricultura (BURIGO; PORTO, 2021). Fica evidente nas abordagens sobre os problemas da agricultura e da alimentação o agravamento dessas situações por conta do fortalecimento de políticas neoliberais, como por exemplo a ameaça aos valores da vida em sociedade.

## **Conclusões**

De forma geral, a literatura encontrada aponta como problema atual da sociedade: a sindemia que alcançam os sistemas alimentares e o problema do neoliberalismo como modelo político. Ao discutir a democracia no Brasil, é importante ter bem definido o conceito de soberania alimentar, de modo que o termo surge da contradição do bem-estar social, uma vez que os países do Sul Global têm a sua soberania atacada desde os processos de colonização.

Ainda, os autores chamam a atenção para o enlace entre temas como a desnutrição, a obesidade e as mudanças climáticas, que possuem um eixo em comum: o modelo dominante de agricultura (BURIGO; PORTO, 2021). Nas abordagens sobre os problemas da agricultura e da alimentação, fica evidente o agravamento dessas situações por conta do fortalecimento de políticas neoliberais, como, por exemplo, a ameaça aos valores da vida em sociedade.

Para discutir o direito à alimentação é fundamental demonstrar o caminho que nos trouxe para uma realidade onde estamos em constante ameaça da insegurança alimentar e da fome. A política adotada nos governos petistas a nível federal (2002 a 2016) foram imprescindíveis para combater a fome e garantir a segurança alimentar da população, o que permitiu a saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014.

Assim sendo, o direito à alimentação foi materializado no país, mas bastaram 2 anos de uma política mais próxima do neoliberalismo para ocorrer o desmonte das políticas públicas e o retorno ao Mapa da Fome. Nesse viés, é imprescindível, que o país tenha um projeto, não só de políticas públicas ou política do governo, mas uma política de Estado que garanta os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.



## Referências bibliográficas

ARAÚJO, Bruna D. X.; SILVA, Izabela C. G. da. A geopolítica dos alimentos, uma perspectiva da fome à soberania alimentar: as experiências agroecológicas das camponesas no Cariri – CE. **Revista de Geografia**. 2021, v. 38, n. 4, pp. 262-276. DOI: <https://doi.org/10.51359/2238-6211.2021.251787>. Acesso em: 18 jan. 2023.

BEAL, Franciele A. B.. **A agroecologia como paradigma para a promoção do direito humano à alimentação**: a atuação da ASSESOAR no sudoeste paranaense. (Dissertação) Mestrado. Unioeste, 2018.

BURIGO, André C.; PORTO, Marcelo F.. Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de sindemia: da vulnerabilização à transformação necessária. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2021, v. 26, n. 10, pp. 4411-4424. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212610.13482021>. Acesso em: 18 jan. 2023

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome** - ensaios sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.

FIAMONCINI, Diane I.; PATO, Claudia M. L.. Human Values as Predictors of Agroecological Beliefs. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. 2020, v. 36, e3656. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3656>. Acesso em: 18 jan. 2023.

MELO, Alessandro de; FLORES, José I. R.. **Pesquisa Narrativa**: teoria, práticas e transformação educativa. 1ª ed. Curitiba: Editora Appris, 2022.

PAULA, Natália F. de *et al.*,. Saúde coletiva e agroecologia: necessárias conexões para materializar sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis. **Saúde em Debate** [online]. 2022, v. 46, n. spe2, pp. 262-276. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E218>. Acesso em: 18 jan. 2023.